

Albert Hourani

História dos Povos Árabes

Edição actualizada por **Malise Ruthven**

Traduzido por **Miguel Mata**

Índice

Lista de mapas	17
Prefácio	19
Prefácio (2012)	21
Agradecimentos	31
Nota sobre as datas	33
Prólogo	35
PARTE I	
A CRIAÇÃO DE UM MUNDO (Séculos VII-X).....	41
<i>Capítulo 1</i>	
Um novo poder num mundo antigo	43
<i>O mundo que viu chegar os árabes</i>	43
<i>A linguagem da poesia</i>	49
<i>Maomé e o nascimento do islão</i>	51
<i>Capítulo 2</i>	
A criação de um império	60
<i>A sucessão de Maomé: a conquista de um império</i>	60
<i>O califado de Damasco</i>	64
<i>O califado de Bagdad</i>	72

HISTÓRIA DOS POVOS ÁRABES

<i>Capítulo 3</i>	
A formação de uma sociedade	78
<i>O fim da união política</i>	78
<i>Uma sociedade unificada: as bases económicas</i>	84
<i>Unidade de religião e de língua</i>	88
<i>O mundo islâmico</i>	97
 <i>Capítulo 4</i>	
A articulação do islão	102
<i>A questão da autoridade</i>	102
<i>O poder e a justiça de Deus</i>	105
<i>A xaria</i>	109
<i>As tradições do Profeta</i>	113
<i>A via do misticismo</i>	116
<i>A via da razão</i>	120
 PARTE II	
AS SOCIEDADES MUÇULMANAS ÁRABES (Séculos XI-XV) . . .	125
 <i>Capítulo 5</i>	
O mundo muçulmano árabe	127
<i>Estados e dinastias</i>	127
<i>Árabes, persas e turcos</i>	131
<i>As divisões geográficas</i>	134
<i>Os árabes muçulmanos e os outros</i>	141
 <i>Capítulo 6</i>	
As zonas rurais	144
<i>A terra e a sua utilização</i>	144
<i>As sociedades tribais</i>	151
 <i>Capítulo 7</i>	
A vida urbana	157
<i>Mercados e cidades</i>	157
<i>A população urbana</i>	159
<i>A lei e os ulemás</i>	162

ÍNDICE

<i>Os escravos</i>	165
<i>Muçulmanos e não-muçulmanos na cidade.</i>	166
<i>As mulheres na cidade.</i>	169
<i>A forma da cidade</i>	171
<i>As casas da cidade</i>	176
<i>A rede de cidades</i>	178
 <i>Capítulo 8</i>	
As cidades e os seus governantes	181
<i>A fundação de dinastias</i>	181
<i>As alianças de interesses</i>	185
<i>O controlo das zonas rurais</i>	190
<i>As ideias de autoridade política.</i>	194
 <i>Capítulo 9</i>	
O islão	201
<i>Os pilares do islão</i>	201
<i>Os amigos de Deus</i>	207
 <i>Capítulo 10</i>	
A cultura dos ulemás	214
<i>Os ulemás e a xaria</i>	214
<i>A transmissão do conhecimento.</i>	219
Kalam	223
<i>Al-Ghazali.</i>	225
 <i>Capítulo 11</i>	
Pensamentos divergentes	230
<i>O islão dos filósofos</i>	230
<i>Ibn Arabi e a teosofia.</i>	234
<i>Ibn Taymiyya e a tradição hanbalita.</i>	238
<i>O desenvolvimento do xiismo.</i>	241
<i>O ensino religioso judaico e cristão</i>	246
 <i>Capítulo 12</i>	
As culturas da corte e do povo	249
<i>Governantes e patronos.</i>	249

HISTÓRIA DOS POVOS ÁRABES

<i>Poesia e histórias</i>	253
<i>A música</i>	259
<i>A compreensão do mundo</i>	261
PARTE III	
A ERA OTOMANA (Séculos XVI-XVIII)	269
<i>Capítulo 13</i>	
O Império Otomano	271
<i>Os limites do poder político</i>	271
<i>A governação otomana</i>	277
<i>Os Otomanos e a tradição islâmica</i>	284
<i>A governação das províncias árabes</i>	289
<i>Capítulo 14</i>	
As sociedades otomanas	296
<i>População e riqueza do império</i>	296
<i>As províncias árabes</i>	299
<i>A cultura das províncias árabes</i>	304
<i>Para além do império: Arábia, Sudão, Marrocos</i>	309
<i>Capítulo 15</i>	
As alterações no equilíbrio do poder no século XVIII	316
<i>As autoridades centrais e locais</i>	316
<i>A sociedade e a cultura otomanas árabes</i>	321
<i>O mundo islâmico</i>	325
<i>A alteração das relações com a Europa</i>	326
PARTE IV	
A ERA DOS IMPÉRIOS EUROPEUS (1800-1939)	333
<i>Capítulo 16</i>	
O poderio europeu e as reformas governamentais (1800-1860)	335
<i>A expansão da Europa</i>	335
<i>O início dos impérios europeus</i>	339
<i>As reformas governamentais</i>	342

ÍNDICE

<i>Capítulo 17</i>	
Impérios europeus e elites dominantes (1860-1914)	351
<i>Os limites da independência</i>	351
<i>A partilha de África: o Egipto e o Magrebe</i>	355
<i>A aliança dos interesses dominantes</i>	358
<i>O controlo da terra</i>	361
<i>A condição do povo</i>	366
<i>A sociedade dual</i>	370
 <i>Capítulo 18</i>	
As culturas do imperialismo e da reforma	374
<i>A cultura do imperialismo</i>	374
<i>A ascensão da elite intelectual</i>	377
<i>A cultura reformista</i>	380
<i>O aparecimento do nacionalismo</i>	385
<i>A continuidade da tradição islâmica</i>	388
 <i>Capítulo 19</i>	
O auge do poder europeu (1914-1939)	392
<i>A supremacia da Grã-Bretanha e da França</i>	392
<i>O primado dos interesses britânicos e franceses</i>	397
<i>Os imigrantes e a terra</i>	400
<i>O crescimento das elites autóctones</i>	402
<i>Tentativas de acordo político</i>	407
 <i>Capítulo 20</i>	
Mudanças na vida e no pensamento (1914-1939)	412
<i>A população e as zonas rurais</i>	412
<i>A vida nas novas cidades</i>	415
<i>A cultura do nacionalismo</i>	420
<i>O islão da elite e das massas</i>	426
 PARTE V	
A ERA DO ESTADO-NAÇÃO (desde 1939)	433
 <i>Capítulo 21</i>	
O fim dos impérios (1939-1962)	435
<i>A Segunda Guerra Mundial</i>	435

HISTÓRIA DOS POVOS ÁRABES

<i>As independências nacionais (1945-1956)</i>	438
<i>A crise do Suez</i>	449
<i>A Guerra da Argélia</i>	453
 <i>Capítulo 22</i>	
Sociedades em mudança (anos 40 e 50)	458
<i>O crescimento populacional e económico</i>	458
<i>Os lucros do crescimento: comerciantes e proprietários rurais...</i>	465
<i>O poder do Estado</i>	467
<i>Ricos e pobres na cidade</i>	471
 <i>Capítulo 23</i>	
A cultura nacional (anos 40 e 50)	477
<i>Os problemas da educação</i>	477
<i>Linguagem e expressão pessoal</i>	481
<i>Os movimentos islâmicos</i>	487
 <i>Capítulo 24</i>	
O apogeu do arabismo (anos 50 e 60)	491
<i>O nacionalismo popular</i>	491
<i>A influência do nasserismo</i>	498
<i>A crise de 1967</i>	502
 <i>Capítulo 25</i>	
União e desunião dos árabes (desde 1967)	507
<i>A crise de 1973</i>	507
<i>A predominância da influência americana</i>	510
<i>A interdependência dos países árabes</i>	515
<i>A desunião dos árabes</i>	519
 <i>Capítulo 26</i>	
Uma perturbação do espírito (desde 1967)	527
<i>As divisões étnicas e religiosas</i>	527
<i>Ricos e pobres</i>	529
<i>As mulheres na sociedade</i>	533
<i>Um legado e a sua renovação</i>	536
<i>A estabilidade dos regimes</i>	542
<i>A fragilidade dos regimes</i>	549

ÍNDICE

Posfácio (2012).....	557
<i>A persistência da asabiyya</i>	558
<i>A crise na Síria</i>	564
<i>Duas guerras no Golfo</i>	569
<i>11 de Setembro de 2001</i>	572
<i>A ocupação americana e as suas consequências</i>	573
<i>A dimensão sectária</i>	578
<i>A rebelião no Iémen</i>	581
<i>O conflito da Palestina</i>	582
<i>Continuidades dinásticas</i>	586
<i>O desafio do islamismo</i>	589
<i>A ameaça islamita na Argélia</i>	591
<i>A islamização e o conflito no Sudão</i>	594
<i>As crises do desenvolvimento</i>	595
<i>Catalisadores: satélites e redes sociais</i>	601
<i>Conclusão</i>	605
Mapas	609
Anexos	633
<i>A família do Profeta</i>	635
<i>Os imãs xiitas</i>	636
<i>Os califas</i>	637
<i>Dinastias importantes</i>	639
<i>Famílias reinantes (Séculos XIX e XX)</i>	641
Notas.....	643
Bibliografia.....	653
Índice remissivo	695

Prólogo

Em 1382, um erudito muçulmano árabe ao serviço do governante de Tunes pediu-lhe autorização para fazer a peregrinação a Meca. O pedido foi aceite e ele embarcou para Alexandria, no Egipto. Tinha cinquenta anos de idade e deixou para sempre – quis o destino – os países magrebinos nos quais ele e os seus antepassados tinham desempenhado um papel importante e variado.

Abd al-Rahman ibn Khaldun (1332-1406) pertencia a uma família que tinha emigrado do Sul da Arábia para a Península Ibérica depois da conquista árabe, instalando-se em Sevilha. Quando os reinos cristãos do Norte da Península se expandiram para sul, a família partiu para Tunes. Muitas famílias com tradições de cultura e serviço ao Estado fizeram o mesmo, e nas cidades do Magrebe (a parte ocidental do mundo do Islão) criaram um patriciado cujos serviços foram usados pelos governantes locais. O tetravô de Ibn Khaldun participou na política da corte de Tunes, caiu em desgraça e foi morto; o avô também foi funcionário, mas o pai trocou a política e o serviço público pela vida de estudioso reformado. Khaldun teve uma educação esmerada, ministrada pelo pai e pelos eruditos que ensinavam nas mesquitas e escolas de Tunes ou que passavam pela cidade, e prosseguiu os estudos noutras cidades, pois a tradição que ele herdou ditava que um homem devia procurar o conhecimento junto de todos os que o podiam oferecer. Na sua autobiografia, Khaldun refere os nomes dos seus mestres e os temas que lhe ensinaram: o Alcorão, considerado pelos muçulmanos a Palavra de Deus revelada em árabe através do Profeta Maomé; os *ahadith* ou tradições

dos ditos e feitos do Profeta; a jurisprudência, a ciência da lei e da moral social, baseada no Alcorão e nos *ahadith*; a língua árabe, sem a qual era impossível compreender as ciências da religião; e as ciências racionais, a matemática, a lógica e a filosofia. Khaldun oferece pormenores sobre as personalidades e as vidas dos seus professores e diz-nos que a maioria, tal como os pais dele, sucumbiu à Peste Negra, a grande epidemia que assolou o mundo em meados do século XIV.

O domínio precoce da língua e da jurisprudência árabes enca-minhou Ibn Khaldun para o serviço do governante de Tunes, primeiro como secretário e depois em cargos mais importantes, logo, inseguros. Seguiram-se vinte anos com altos e baixos. Khaldun deixou Tunes e serviu outros governantes do Magrebe; mudou-se para Granada, a capital do último reino muçulmano da Península Ibérica, onde prosperou, e foi enviado numa missão diplomática ao governante cristão de Sevilha, a sua cidade ancestral, mas ficou sob suspeita e partiu apressadamente para a Argélia. No seu novo cargo oficial, tratava de assuntos da governação de manhã, e à tarde ensinava na mesquita. Khaldun contribuiu para levar os chefes árabes e berberes das estepes e montanhas a concluírem uma aliança com os seus amos, e a influência que adquiriu junto dos chefes tribais foi-lhe útil quando voltou a cair em desgraça – algo que lhe aconteceu recorrentemente na vida. Numa dessas alturas, viveu quatro anos (1375-1379) numa fortaleza numa região rural argelina, sob a protecção de um chefe árabe. Neste período, Khaldun, liberto dos assuntos mundanos, escreveu uma história das dinastias do Magrebe no quadro de acontecimentos mais latos.

A primeira parte desta história, intitulada *Muqaddima* (*Prolegómenos*), ainda é chamativa. Ibn Khaldun procurou explicar a ascensão e queda das dinastias de uma forma que servisse de bitola para avaliar a credibilidade das narrativas históricas. Na sua perspectiva, a forma mais antiga e mais simples de sociedade humana era a dos povos das estepes e das montanhas, que eram agricultores ou criadores de gado e que seguiam chefes sem poder nem formas de coerção organizados. Estas comunidades eram possuidoras de alguma bondade e energia inatas, mas não conseguiam criar

governos estáveis, nem cidades, nem uma cultura elevada. Para tal ser possível, era necessário um chefe com autoridade exclusiva, que só se podia afirmar se conseguisse formar e dominar um grupo de seguidores possuidores de *asabiyya*, ou seja, de um espírito corporativo orientado para a obtenção e manutenção do poder. A melhor forma de criar este tipo de grupo era a partir dos homens enérgicos das estepes ou das montanhas; podia ser unido por um sentimento de linhagem comum real ou fictícia, e reforçado pela aceitação de uma religião comum. Um governante com um grupo de seguidores forte e coerente podia fundar uma dinastia, e quando a sua governação era estável, surgiam cidades populosas com ofícios especializados, modos de vida luxuosos e cultura elevada. Porém, todas as dinastias tinham em si as sementes do declínio: podiam ser enfraquecidas pela tirania, pela extravagância e pela perda da qualidade do comando. O poder real podia passar do governante para membros do seu grupo, mas mais cedo ou mais tarde, a dinastia podia ser substituída por outra fundada de forma idêntica. Quando isto acontecia, podiam desaparecer não só o governante e o grupo que sustentava o seu poder, mas também o modo de vida que tinham criado. Ibn Khaldun disse, noutra contexto, «quando se dá uma mudança geral de condições, é como se a criação e o mundo tivessem mudado»⁽¹⁾. Os Gregos e os Persas, «as maiores potências mundiais do seu tempo»⁽²⁾, tinham sido substituídos pelos Árabes, cuja força e coesão tinham dado origem a uma dinastia cujo poder se estendia da Arábia à Península Ibérica, mas que por sua vez tinham sido substituídos pelos Berberes na Península e no Magrebe, e pelos Turcos no Oriente.

A sorte mutável dos governantes atingia os seus servos. Quando partiu para Alexandria, Ibn Khaldun iniciou uma nova carreira. Desta vez, não fez a peregrinação a Meca – fê-la mais tarde – e fixou-se no Cairo, que achou de uma dimensão superior a todas as outras cidades que conhecia: «metrópole do mundo, jardim do universo, ponto de encontro de todas as nações, formigueiro de povos, lugar importante do Islão, sede de poder»⁽³⁾. O Cairo era a capital do sultanato mameluco, um dos maiores Estados muçulmanos da época, que englobava o Egipto e a Síria. Khaldun foi apresentado ao sultão: conquistou as suas boas graças, recebeu uma pensão e foi nomeado

professor em duas escolas reais sucessivas. Khaldun mandou vir os seus familiares de Tunes, mas eles pereceram num naufrágio durante a viagem.

Ibn Khaldun viveu no Cairo até à sua morte. Passou uma grande parte do tempo a ler e a escrever, mas o padrão da sua vivência anterior repetiu-se nas alternâncias de influência e desgraça, pelas quais ele culpou os seus inimigos, mas que também se poderão ter devido à sua personalidade. O governante nomeou-o várias vezes juiz de um dos principais tribunais, mas ele deixou ou perdeu sempre o cargo. Khaldun acompanhou o sultão à Síria e visitou os lugares santos de Jerusalém e Hebron. Deslocou-se pela segunda vez à região quando Damasco foi sitiada por Timur (Tamerlão), um dos grandes conquistadores asiáticos, que tinha fundado um império que se estendia do Norte da Índia à Síria e à Anatólia. Khaldun conversou por diversas vezes com Timur, no qual viu um exemplo do poder do comando que, quando solidamente assente no Exército e no povo, podia fundar uma dinastia. Khaldun não conseguiu poupar Damasco à pilhagem; obteve um salvo-conduto para regressar ao Egipto, mas foi capturado e roubado nos montes da Palestina.

A vida de Ibn Khaldun, tal como ele a narrou, diz-nos algo acerca do seu mundo. Era um mundo pleno de alertas para a fragilidade das iniciativas humanas. A sua carreira mostra a instabilidade das alianças de interesses de que dependiam as dinastias para se manterem no poder: o encontro com Timur em Damasco mostrou inequivocamente como a ascensão de um novo poder podia afectar a vida de cidades e povos. Fora das cidades, a ordem era precária: um emissário de um governante podia ser espoliado, um cortesão caído em desgraça podia refugiar-se fora do alcance do controlo urbano. A morte dos pais devido à peste e dos filhos no mar ensinou-lhe a lição da impotência do homem face ao destino. Mas havia ou parecia haver alguma estabilidade. Um mundo em que uma família do Sul da Arábia podia emigrar para a Península Ibérica, e passados seis séculos regressar para perto do seu lugar de origem e encontrar um ambiente conhecido tinha uma unidade que transcendia as divisões do tempo e do espaço; a língua árabe podia abrir a porta a cargos e influência em todo esse mundo; um corpo de conhecimentos, transmitido através dos séculos por uma rede conhecida de professores, preservava

PRÓLOGO

a comunidade moral mesmo quando os governantes mudavam; os lugares de peregrinação, Meca e Jerusalém, eram pólos imutáveis do mundo humano, apesar de o poder passar de uma cidade para outra; e a crença num Deus que tinha criado o mundo e que o sustentava podia conferir significado aos golpes do destino.

PARTE I

A CRIAÇÃO DE UM MUNDO

(Séculos VII-X)

No princípio do século VII, surgiu um movimento religioso nas franjas dos grandes impérios bizantino e sassânida, que dominavam a metade ocidental do mundo. Em Meca, na parte ocidental da Arábia, Maomé apelou à reforma moral e à submissão à Vontade de Deus, expressada através de mensagens divinas que lhe foram reveladas e subsequentemente compiladas num livro, o Alcorão. Em nome do islão, os exércitos árabes conquistaram as regiões adjacentes e fundaram um império, o califado, que incluiu uma grande parte do Império Bizantino e todo o Império Sassânida, e se estendeu da Ásia Central à Península Ibérica. Com os califas omíadas, o centro do poder deslocou-se da Arábia para Damasco, na Síria, e depois, com os Abássidas, para Bagdad, no Iraque.

No século X, o califado fragmentou-se e surgiram califados rivais no Egípto e na Península Ibérica, mas a união social e cultural manteve-se. Uma parte considerável da população tornou-se muçulmana (ou seja, praticante do islão), mas existiam comunidades judaicas, cristãs e outras; a língua árabe difundiu-se e tornou-se o meio de expressão de uma cultura que incorporou elementos das tradições dos povos absorvidos pelo mundo muçulmano e que se expressava na literatura e em sistemas jurídicos, teológicos e espirituais. Em ambientes físicos diferentes, as sociedades muçulmanas desenvolveram instituições e

HISTÓRIA DOS POVOS ÁRABES

formas diferentes; os laços estabelecidos entre os países da bacia do Mediterrâneo e os do oceano Índico deram origem a um sistema de comércio e a mudanças na agricultura e nos ofícios, fornecendo as bases para o aparecimento de grandes cidades com uma civilização urbana expressa em edifícios de estilo especificamente islâmico.

Capítulo 1

Um novo poder num mundo antigo

O mundo que viu chegar os árabes

O mundo de Ibn Khaldun terá parecido eterno à maior parte dos seus habitantes, mas ele sabia que tinha substituído um mundo mais antigo. Setecentos anos antes do seu tempo, os países que ele conhecia tinham tido um aspecto diferente sob o domínio das «duas maiores potências do seu tempo».

Durante muitos séculos, os países da bacia do Mediterrâneo fizeram parte do Império Romano. As zonas rurais produziam cereais, fruta, vinho e azeite, e o comércio beneficiava de rotas marítimas pacíficas. Nas grandes cidades, uma classe abastada com muitas e diversas origens comungava da cultura greco-latina do Império. No século IV, o centro do poder imperial deslocou-se para leste. Roma foi substituída como capital por Constantinopla, onde o imperador era um foco de fidelidade e um símbolo de coesão. Mais tarde, surgiu uma «divisão horizontal,» que se manteve, noutras formas, até aos nossos dias. A Alemanha, a Inglaterra, a França, a Península Ibérica e o Norte de Itália eram governados por reinos bárbaros, mas ainda existia o sentimento de pertença ao Império Romano; o Sul de Itália, a Sicília, o litoral norte-africano, o Egipto, a Síria, a Anatólia e a Grécia permaneceram sob a governação directa de Constantinopla. Nesta configuração diminuída, o Império era mais grego do que romano (nas suas fases posteriores, é comumente

designado por «bizantino» e não por romano devido ao antigo nome de Constantinopla, Bizâncio). O imperador governava por intermédio de funcionários públicos que falavam grego, e as grandes cidades do Mediterrâneo Oriental – Antioquia, na Síria, e Alexandria, no Egito – eram centros da cultura grega e muitos membros das suas elites serviam o império.

Mas houve uma mudança mais profunda. O império tornou-se cristão, não só por decreto do imperador, mas também pela conversão a diferentes níveis. A maioria da população era cristã, mas filósofos pagãos ensinaram na escola de Atenas até ao século VI, as cidades albergavam comunidades judaicas e a memória dos deuses pagãos assombrava os templos convertidos em igrejas. O cristianismo conferiu uma nova dimensão à fidelidade ao imperador e proporcionou um novo quadro de união às culturas locais por ele governadas. As ideias e as imagens cristãs eram expressas no grego das cidades e nas línguas literárias das diversas regiões do império: o arménio na Anatólia Oriental, o siríaco na Síria, o copta no Egito. As crenças e as práticas imemoriais de uma região podiam ser preservadas, numa forma cristã, pelos túmulos dos santos e outros locais de peregrinação.

As instituições autónomas das cidades gregas desapareceram com a expansão da burocracia imperial, mas os bispos providenciavam liderança local. Quando o imperador deixava Roma, o bispo da cidade – o papa – podia exercer autoridade de uma forma que não estava ao alcance dos patriarcas e bispos das cidades romanas orientais, mas estes podiam dar voz ao sentimento local e defender os interesses locais. Os eremitas ou santos milagreiros que viviam nas franjas das cidades ou nas regiões povoadas da Anatólia e da Síria podiam arbitrar disputas ou funcionar como porta-vozes das populações, e os monges dos desertos egípcios eram um exemplo de uma sociedade que diferia da do mundo urbano secular. Além da Igreja Ortodoxa oficial, surgiram outras igrejas que eram diferentes nas doutrinas e nas práticas e que davam expressão à fidelidade ou à oposição dos não falantes de grego à autoridade central.

As principais diferenças doutrinárias tinham a ver com a natureza de Cristo. O Concílio de Calcedónia, realizado em 451, definiu a segunda pessoa da Trindade como possuidora de duas naturezas,

divina e humana. Esta formulação foi aceite pelo corpo principal da Igreja oriental e ocidental, e apoiada pelo governo imperial. Só mais tarde, de forma gradual e essencialmente por causa da questão da autoridade, é que ocorreu a divisão entre a Igreja dos territórios bizantinos, a Igreja Ortodoxa Oriental, com os seus patriarcas à frente do clero, e os territórios da Europa Ocidental, que aceitaram a autoridade suprema do papa, em Roma. No entanto, para algumas comunidades, Cristo tinha uma única natureza, composta por duas naturezas. Esta doutrina monofisita foi adoptada pela Igreja Arménia da Anatólia, pela maior parte dos cristãos egípcios (conhecidos por «coptas», do antigo nome do Egipto), e por muitos dos cristãos autóctones da Síria, que eram falantes de siríaco (conhecidos por ortodoxos sírios ou jacobitas, uma alusão ao seu mais importante teólogo). Outras comunidades fizeram uma distinção mais nítida entre as duas naturezas para manterem a plena humanidade de Jesus, e conceberam a Palavra de Deus em Jesus, o homem, desde a sua concepção – era a doutrina dos nestorianos, que derivaram o nome de um pensador. A sua Igreja era particularmente importante no seio dos cristãos do Iraque, localizados para lá da fronteira oriental do Império Bizantino. No século VII, surgiu outro grupo, como resultado de uma tentativa de compromisso entre as posições ortodoxa e monofisita: os monotelitas, que diziam que Cristo tinha duas naturezas mas uma única Vontade.

A oriente do Império Bizantino, no outro lado do rio Eufrates, existia outro grande império, o sassânida, cujo domínio englobava o Irão e o Iraque e se estendia até à Ásia Central. O território ao qual chamamos Irão ou Pérsia continha várias regiões de cultura elevada e com cidades antigas habitadas por diferentes grupos étnicos; estavam separadas por estepes ou desertos e não havia grandes rios que facilitassem as suas comunicações. Em vários períodos, estiveram unidas por dinastias poderosas e duradouras, e a mais recente era a dos Sassânidas, cujo poder assentava nos povos de língua persa do Sul do Iraque. Era um Estado familiar governado através de uma hierarquia de funcionários, e procurou fomentar uma base sólida de unidade e fidelidade ressuscitando a antiga religião do Irão, tradicionalmente associada ao mestre Zoroastro. Para o zoroastrismo, o universo era um campo de batalha, situado abaixo do Deus supremo,

entre espíritos bons e maléficos: o bem venceria, mas as pessoas virtuosas e ritualmente puras podiam acelerar a vitória.

Depois de Alexandro Magno ter conquistado o Irão, em 334-333 a. C., e de o ter atraído para uma relação mais estreita com o mundo mediterrânico oriental, as ideias do mundo grego deslocaram-se para oriente e as de Mani, um mestre iraquiano que procurou incorporar todos os profetas e mestres num único sistema religioso, o maniqueísmo, deslocaram-se para ocidente. Com os Sassânidas, os ensinamentos associados a Zoroastro foram ressuscitados numa forma filosófica, com mais ênfase no dualismo do bem e do mal, com um clero e com um culto formal – o mazdeísmo ou zoroastrismo. Enquanto Igreja do Estado, o mazdeísmo apoiava o poder do governante, que era considerado um monarca justo que preservava a harmonia entre as diferentes classes da sociedade.

A capital sassânida, Ctesifonte, não se situava no planalto iraniano, mas sim na fértil e populosa região central do Iraque, banhada pelos rios Tigre e Eufrates. Além dos zoroastrianos e dos maniqueus, o Iraque tinha cristãos da Igreja Nestoriana, que eram servidores importantes do Estado. Esta região também era o centro principal dos ensinamentos religiosos judaicos e um refúgio para os filósofos pagãos e cientistas médicos das cidades gregas mediterrânicas. A língua persa estava bastante difundida e existia sob diversas formas; a forma escrita que era usada na época chama-se pálavi. O aramaico, uma língua semita aparentada com o hebraico e o árabe, era corrente em todo o Médio Oriente; uma das suas formas é o siríaco.

Os dois impérios incluíam as principais regiões com vida organizada e cultura superior da metade ocidental do mundo, mas a sul, em ambos os lados do mar Vermelho, existiam duas sociedades com tradições de poder organizado e de cultura sustentadas pela agricultura e pelo comércio entre o Índico e o Mediterrâneo. Uma era a Etiópia, um reino antigo que tinha como religião oficial o cristianismo copta, e a outra era o Iémen, no Sudoeste da Arábia, uma terra de vales férteis e ponto de trânsito do comércio de longa distância. A dada altura, os pequenos Estados iemenitas foram integrados num reino que enfraqueceu com o declínio do comércio, no início da era cristã, mas que se recompôs. O Iémen tinha a sua própria língua, que era diferente do árabe falado no resto da Arábia, e a sua própria

religião, uma multiplicidade de deuses servidos por sacerdotes em templos que eram lugares de peregrinação, de ofertas votivas e de oração individual – não comunitária –, e centros de grandes propriedades agrícolas. No século VI, um rei adepto do judaísmo destruiu um centro do cristianismo, mas as invasões etíopes restauraram uma parte da influência cristã. Estes acontecimentos envolveram os Bizantinos e os Sassânidas.

Entre os grandes impérios do Norte e os reinos do mar Vermelho existiam territórios diferentes. A maior parte da Península Arábica compunha-se de estepes ou desertos com oásis dotados de água suficiente para o cultivo. Os habitantes falavam dialectos do árabe e tinham diferentes modos de vida. Alguns eram nómadas que apascentavam camelos, ovelhas ou cabras, usando os escassos recursos aquíferos do deserto – são tradicionalmente conhecidos por «beduínos». Alguns eram agricultores sedentários que cultivavam cereais ou palmeiras nos oásis, ou comerciantes e artesãos que vivam em pequenas cidades, e outros combinavam diversos modos de vida. O equilíbrio entre os povos nómadas e sedentários era precário. Os cameleiros nómadas, apesar de serem uma minoria, eram bastante móveis e estavam armados, e juntamente com os mercadores das cidades dominavam os agricultores e os artesãos. Os seus valores de coragem, hospitalidade, lealdade familiar e orgulho nos antepassados também eram dominantes. Os nómadas não eram controlados através de uma capacidade de coerção estável, mas sim liderados por chefes pertencentes a famílias em torno das quais se aglomeravam grupos mais ou menos duradouros de seguidores, e a sua coesão e fidelidade era expressa no idioma da ascendência comum; estes grupos são normalmente designados por tribos.

O poder dos chefes tribais era exercido a partir dos oásis, onde eles mantinham ligações estreitas com os mercadores que organizavam o comércio no território controlado pela tribo. Todavia, outras famílias conseguiram estabelecer nos oásis um tipo diferente de poder através da força da religião. A religião dos pastores e dos agricultores não parece ter tido uma forma clara. Considerava-se que os deuses locais, identificados com objetos no céu, estavam encarnados em pedras, árvores e outras coisas naturais; os espíritos bons e malignos vagueavam pelo mundo na forma de animais; os adivinhos diziam

que falavam com a voz de uma sabedoria sobrenatural. Com base nas práticas modernas do Sul da Arábia, há quem diga que os deuses moravam num santuário (*haram*), um lugar ou cidade afastado dos conflitos tribais que funcionava como centro de peregrinação, sacrifício, encontro e arbitragem, e que estava à guarda de uma família sob a protecção de uma tribo vizinha⁽¹⁾. Estas famílias podiam adquirir poder e influência usando habilmente o seu prestígio religioso, a sua arbitragem nas disputas tribais e as oportunidades comerciais.

Este mundo do Próximo Oriente foi palco de muitas mudanças no século VI e no princípio do século seguinte. Os impérios bizantino e sassânida envolveram-se em guerras que duraram, com intervalos, de 540 a 629. As guerras foram principalmente travadas na Síria e no Iraque. Os exércitos sassânidas chegaram ao Mediterrâneo e ocuparam as grandes cidades de Antioquia e Alexandria, bem como a cidade santa de Jerusalém, mas na década de 20 do século VII, foram expulsos pelo imperador Heráclio. O domínio sassânida também se estendeu brevemente ao Sudoeste da Arábia, onde o reino do Iémen tinha perdido poder devido às invasões etíopes e ao declínio da agricultura. As sociedades sedentárias governadas pelos impérios eram palco de perguntas sobre o significado da vida e o modo como devia ser vivida, expressas nos idiomas das grandes religiões.

O poder e a influência dos impérios chegavam a partes da Península Arábica, e durante muitos séculos, os pastores nómadas do Norte e do centro da península deslocaram-se para as zonas rurais do Crescente Fértil: o interior da Síria, as terras a oeste do Eufrates, no baixo Iraque, e a região entre o Eufrates e o Tigre, no alto Iraque (a Jazira) tinham grandes populações árabes. Os nómadas levaram os seus valores e as suas formas de organização social. Alguns dos seus chefes tribais, baseados nas cidades-oásis, eram usados pelo governo imperial para manterem os outros nómadas à distância e para cobrarem impostos. Por conseguinte, conseguiram criar unidades políticas mais estáveis, tais como a dos Lakhmidas, com a sua capital em Hira, numa região que os Sassânidas não controlavam directamente, e a dos Gassânidas, numa região similar do Império Bizantino. Os povos destes Estados adquiriram conhecimentos políticos e militares, e estavam abertos às ideias e crenças provenientes dos territórios imperiais – Hira era um centro cristão. Destes Estados,

do Iémen, e devido à passagem dos mercadores pelas rotas comerciais, chegaram à Arábia conhecimentos do mundo exterior e da sua cultura, e alguns colonos. Havia artesãos, mercadores e agricultores judeus nos oásis do Hejaz, na parte ocidental da Arábia, e monges e conversos cristãos na Arábia Central.

A linguagem da poesia

Também parece ter existido um sentimento crescente de identidade cultural entre os pastores tribais, revelado no aparecimento de uma linguagem poética comum com origem nos dialectos do árabe. Era uma língua formal, com refinamentos de gramática e vocabulário, e que evoluiu gradualmente, talvez através do aperfeiçoamento de um dialecto ou da combinação de vários. Era usada pelos poetas de diferentes grupos tribais ou cidades-oásis. A sua poesia ter-se-á desenvolvido a partir da linguagem rítmica, elevada e rimada usada nos encantamentos mágicos ou feitiços, mas a que chegou até nós não é de todo primitiva. Resultou de uma longa tradição cumulativa na qual tiveram influência não só as reuniões tribais e as cidades mercantis, mas também as cortes das dinastias árabes situadas nas franjas dos grandes impérios, em particular em Hira, no Eufrates, que era susceptível às influências cristã e mazdeísta.

As convenções poéticas nascidas desta tradição são complexas. A forma poética mais valorizada era a *qasida* (ode), um poema com um máximo de 100 versos, composto numa das várias métricas aceites e com uma única rima. Cada verso compõe-se de dois hemistíquios: a rima surge em ambos no primeiro verso, mas nos restantes somente no segundo. Em geral, cada verso é uma unidade de significado e a continuidade do sentido no poema é rara, mas há continuidade de pensamento ou sentimento entre os versos e na totalidade do poema.

A poesia não era escrita, mas podia ter sido, dado que a escrita era conhecida na Península Arábica: algumas inscrições nas línguas do Sul da Arábia têm séculos de existência. As inscrições árabes mais antigas, em aramaico, remontam ao século IV, e mais tarde desenvolveu-se a escrita em árabe; além das inscrições, é possível que a escrita